31º RBA - Reunião Brasileira de Antropologia 3 o a 12 de dezembro de 2018 Brasilia - DF **www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA**

ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasilia) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Golás) - Coordenador/a os efeitos e as consequ?ncias da crise global ambiental n?o

s?o vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudan?as clim?ticas. A proposta deste GT ? refletir sobre as rela?es entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais ? luz da no??o de justi?a ambiental. A no??o de justi?a ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposi??o a riscos ambientais (polui??o, res?duos, inunda?es, etc.) quanto da exclus?o dos grupos marginalizados e discriminados na concep??o e implementa??o de pol?ticas. Considera as quest?es relacionadas com a degrada??o do meio ambiente, o esgotamento ou a explora??o excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de polui??o, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justi?a alimentar, justi?a clim?tica e justi?a ecol?gica constituem novos campos de mobiliza??o e de pesquisa. A atualidade e relev?ncia da tem?tica permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injusti?as ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; cat?strofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explora?es desenfreadas em territ?rios ind?genas; migra?es ambientais; a trag?dia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas exclu?das das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estrat?gias de sustentabilidade nas quais a justi?a ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

Karocan e Cryh: sobre o rio e as pedras

Autoria: Juliana Martins Pereira

O território indígena Governador fica no sul do Maranhão, aonde vive um dos biomas mais ameaçados do Brasil. A transamazônica é residência dos Pyhcop Catij Gavião e dos Guajajaras Teneteharas, e possui a peculiaridade do encontro do cerrado com a Amazônia, tendo assim chapadas e florestas em sua constituição. A região se localiza em Amarante do Maranhão, e hoje sofrem dois grandes impactos ambientais: A barragem do rio Tocantins e a Ferrovia Carajás coordenada pela Vale do Rio Doce na maior extração de nióbio do mundo. A proposta deste artigo é questionar a aplicação do termo impacto indireto em laudos, quando a vida das comunidades indígenas convivem com mudanças ambientais causadas por grandes empreendimentos. Em um segundo momento, serão abordadas duas consequências graves de uma nova estrada autorizada pelo governo do Maranhão, sem um diálogo com as comunidades citadas. A estrada passará sobre o Rio Batalha, local que gerou tensão na revisão da demarcação ainda em curso, e agora o rio será afetado por outro empreendimento, junto com seres tão-humanos que habitam o local. Neste ponto busca-se relacionar materialidades e memórias ao rio, expondo a injustiça praticada pelo apagamento de ontologias diversas.

Trabalho completo

31ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia 9 a 12 de dezembro de 2018 Brasilia - DF **www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA**

ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral "Direitos Humanos e Antropologia em Ação".

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de "ideologia de gênero" e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

31º RBA - Reunião Brasileira de Antropologia 31º a 12 de dezembro de 2018 Brasilia - DF **www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA**

ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA Diretoria da ABA 2017/2018 Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: Apoio: Organização:

Apoio: Organização:

Anoio: Apoio: Organização:

Anoio: Organização:

Anoio: Organização: